



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

Parecer nº 10935620/2019-DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

1. Trata-se de Auto de Infração lavrado no dia 20 de março de 2019, em desfavor de YOLANDA INES CARDENAS PIZANGO, nacional do país PERU, portadora da CÉDULA DE IDENTIDADE nº 43022399, ingressante em território nacional no dia 20 de março de 2019, sob a classificação de TEMPORÁRIO, tendo, todavia, infringido o disposto no art. 109, VII, da Lei nº 13.445/2017, por furtar-se ao controle migratório, na entrada ou saída do território nacional, como se verifica abaixo, sendo-lhe aplicada a multa no valor de R\$ 100,00.

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:  
VII - furtar-se ao controle migratório, na entrada ou saída do território nacional:

2. Em sua defesa protocolada, tempestivamente, nesta Superintendência no dia 20 de março de 2019, a autuada esclarece que não dispõe de recursos suficientes para o pagamento da multa, declarando hipossuficiência, solicitando, nesse sentido, a sua isenção uma vez que o valor foge de seu alcance orçamentário.

3. Em que pese não terem sido apresentados na defesa os motivos que a levaram a furtar-se ao controle migratório, observa-se que a estrangeira encontra-se em situação de hipossuficiência econômica, sendo aplicável o disposto no art. 312, § 8º, do Decreto 9.199/2017, como se observa abaixo, em que se dispensa o pagamento da multa pelas causas acima expostas. Dessa forma, sugere-se o arquivamento do processo.

Art. 312. Taxas e emolumentos consulares não serão cobrados pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

**§ 8º O disposto no caput também se aplica às multas previstas no Capítulo XV.**

**OZEAS COSTA DA SILVA FILHO**  
Estagiário

**DECISÃO**

1. Acolho o Parecer acima, o qual adoto como razões de decidir.

2. Arquive-se o processo e publique-se esta decisão no site da Polícia Federal, conforme art. 309, § 7º, do Decreto nº 9.199/2017.

**RAFAEL DALL'AGNOL**  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/AM



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DALL AGNOL, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 10/05/2019, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10935620** e o código CRC **BEFC4B05**.

Referência: Processo nº 08240.007486/2019-12

SEI nº 10935620